



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV	Reni Pereira
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

AVULSO***Proposta de Emenda à Constituição*****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º O parágrafo 3º do artigo 210-A, da Constituição do Estado do Paraná, passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista, sob controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.08.

(a) ALEXANDRE CURI

Apoiamento:

Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Rosane Ferreira, Reni Pereira, Luiz Eduardo Cheida, Ney Leprevost, Caíto Quintana, Professor Luizão, Péricles de Mello, Cida Borghetti, Beti Pavin, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori, Pastor Edson Praczyk, Elton Welter, Dr. Batista, Miltinho Pupio, Cleiton Kielse.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposta de emenda à Constituição Estadual, com o objetivo de revigorar a idéia inicial da Proposição nº 083/04, que originou a Emenda Constitucional nº 022/07.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a provação da presente proposição.

EMENDA Nº 022

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado Do Paraná promulga, nos termos do parágrafo 3º do artigo 64 da Constituição Estadual, a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Fica acrescido, o seguinte artigo, ao Capítulo VI, do Título VI, da Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 210-A. A água é um bem essencial à vida. O acesso à água potável e ao saneamento constitui um direito humano fundamental.

§ 1º Nas políticas estaduais de recursos hídricos e de saneamento serão observados os seguintes fundamentos e diretrizes:

I - no ordenamento do território e no uso dos recursos hídricos, a conservação, a proteção e a preservação do seu meio ambiente;

II - a gestão sustentável dos recursos hídricos, solidária com as gerações futuras, e a preservação do seu ciclo hidrológico;

III - a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, assegurando-se a participação dos usuários e da sociedade civil nos respectivos processos decisórios;

IV - o estabelecimento das bacias hidrográficas como unidades básicas de gestão dos recursos hídricos;

V - o estabelecimento de prioridades para o uso dos recursos hídricos por bacia ou sub-bacia, sendo a prioridade maior o abastecimento de água potável à população;

VI - na prestação dos serviços de água potável e saneamento, a prevalência de razões de ordem social frente às de ordem econômica.

§ 2º As águas superficiais e subterrâneas de domínio do estado constituem um bem unitário cujo uso é subordinado ao interesse geral.

§ 3º Os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados preferencialmente por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista sob controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal.

§ 4º Eventual reparação decorrente do disposto neste artigo, não gerará indenização por lucro cessante, reembolsando-se unicamente os investimentos não amortizados”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, 12.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária